

## **O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO MEIO RURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CAMPESINATO[1]**

**Ana Paula Lopes de Souza Correia**

Economista na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutoranda no PPGG/UFPB  
[aplsc.lopes@gmail.com](mailto:aplsc.lopes@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo desse texto é fazer uma exposição acerca das principais ideias do pensamento teórico voltado à questão agrária, e mais especificamente ao campesinato, a partir de autores que procuraram compreender as especificidades da sociedade agrária e as consequências vivenciadas no campo, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no meio rural. A literatura acerca do tema é bastante vasta e permite uma apreensão das particularidades do campesinato e diferentes interpretações da realidade. Essa reflexão será feita a partir do debate paradigmático, no tocante ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo, considerando as ideias do paradigma da questão agrária e do paradigma do capitalismo agrário.

Diante da complexidade do tema estudado, não é possível com esse texto apreender todas as questões, mas sim proporcionar uma exposição teórica inicial acerca do desenvolvimento do capitalismo no meio rural e as diferentes visões acerca das consequências sobre o campesinato.

### **METODOLOGIA**

Para a consecução do objetivo do estudo foi adotada a abordagem qualitativa, em consonância à opinião de Minayo (1994), de que as abordagens qualitativas podem produzir riqueza de informações, aprofundamento e fidedignidade interpretativa.

A abordagem qualitativa se configura pelo fato de que o estudo visa apreender tanto aspectos abrangentes quanto mais particulares do campesinato, os quais não são redutíveis simplesmente à mensuração, ou seja, ao esquadramento matemático e estatístico. Além disso, a pesquisa pode ser qualificada como bibliográfica e descritiva, haja vista que se pretende discorrer acerca do pensamento sobre o desenvolvimento do capitalismo no meio rural e suas consequências no campesinato.

### **O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO MEIO RURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O CAMPESINATO**

No âmbito da produção científica da geografia agrária, conforme destaca Fernandes (2008), há um debate paradigmático no tocante ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo. A partir desse debate têm-se diferentes interpretações da realidade da questão agrária e da permanência ou da desintegração do campesinato. Tal debate está baseado em duas vertentes: no paradigma da questão agrária e no paradigma do capitalismo agrário.

No Paradigma da questão agrária, há duas tendências: a proletarista, argumentando no sentido do fim do campesinato, e a campesinista, que defende a ideia de recriação do campesinato. No paradigma do capitalismo agrário, há duas vertentes, uma corresponde à agricultura familiar e outra ao agronegócio.

A seguir serão expostas as ideias desses dois paradigmas.

## **PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA**

No tocante ao Paradigma da Questão Agrária (PCA), os autores clássicos da vertente proletarista são Kautsky e Lenin. No livro de Lenin, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, está clara a sua intencionalidade de convencer o leitor de que a tendência do campesinato é a desintegração, com o seu conseqüente desaparecimento. No livro do Kautsky, “A questão agrária”, essa tendência também é apresentada, embora de forma menos imperativa.

Kautsky (1986) estuda as transformações vivenciadas pela agricultura no final do século XIX, a partir do método de análise marxista aplicado ao campo. Acreditava que o desenvolvimento do capitalismo traria como conseqüência o fim de outras formas não naturais desse sistema. Haveria uma inserção do capitalismo no campo, que considerava irreversível, haja vista que o capital se apodera dos meios de produção em todos os setores produtivos e não seria diferente com o campo.

O autor parte da observação da família camponesa medieval, que tinha como fontes vitais de sobrevivência a autossuficiência, produzindo praticamente todos os seus produtos de gênero alimentício, de uso pessoal, móveis e ferramentas de trabalho de que necessitava, sendo, portanto, uma classe agrária independente e com uma restrita divisão de trabalho entre as tarefas do homem e da mulher do campo.

Ao comparar essa realidade com a da Europa do século XIX, para visualizar as transformações vividas no campo, o autor demonstra que, primeiramente, extinguiu-se a profissão do agricultor quanto à produção dos seus próprios bens. Assim, o desenvolvimento industrial acabou por modificar o caráter da produção agrícola, gerando demanda de novos produtos.

O agricultor camponês, que até então produzia para a sua sobrevivência, a partir da inserção do capital no campo, estaria subordinado a esse capital. Como isso, Kautsky (1986) indica que o capital se apodera da agricultura, criando necessidades de novas formas.

Na visão do autor, “quanto mais evolui esse processo, tanto mais se dissolve essa tradicional indústria doméstica camponesa e cresce na mesma proporção a demanda de dinheiro entre os camponeses” (KAUTSKY, 1986, P. 19).

Kautsky afirma que, com a integração agricultura-indústria, o camponês passa a integrar-se cada vez mais ao sistema capitalista, passando de camponês de subsistência para trabalhador assalariado ou, ainda, camponês voltado à produção para o mercado.

O autor chama atenção para o fato de que, à medida que se aproxima dos padrões capitalistas de produção, tornam-se mais evidentes as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos agrícolas e pelos pequenos produtores rurais.

O autor admite essa superioridade técnica da grande propriedade rural e aponta ao pequeno produtor, como forma de superação dessa desvantagem, a formação de cooperativas, de modo a ganhar economia de escala na organização da produção e na comercialização. Mas, mesmo na formação de cooperativas, destaca que a grande propriedade tem mais vantagens que a pequena.

Em suma, o pensamento de Kautsky está no sentido de que é difícil a sobrevivência da pequena produção em uma sociedade predominantemente capitalista porque, nessa sociedade, a grande propriedade tem vantagens significativas sobre a pequena e, além disso, a concorrência levaria ao desaparecimento da pequena unidade rural.

Mas esse desaparecimento não seria imediato, pois a pequena propriedade possui formas de resistência. No entanto, essa resistência se daria através da precarização da condição de vida, pela intensificação do trabalho, através do processo de assalariamento e pela redução do consumo.

Assim como Kautsky, Lenin (1985) estuda as consequências do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, no final do século XIX e previa o desaparecimento da classe camponesa tradicional.

Lenin aborda a situação do camponês frente à penetração do capitalismo na agricultura, com a consequente mercantilização do campesinato russo no sentido de que está subordinado ao mercado, dependendo deste tanto para o consumo quanto para a produção. Esse mercado se desenvolve a partir da divisão social do trabalho, que por sua vez está ligada à especialização na produção de mercadorias. A agricultura mercantil dá origem ao aparecimento de regiões agrícolas especializadas.

A partir dos conceitos de Marx, de valor de uso e valor de troca da mercadoria, Lenin sustenta sua tese de que é o processo de divisão social do trabalho que garante a formação de um mercado interno para o capitalismo, haja vista que as mercadorias não são produzidas para a subsistência imediata do seu próprio produtor, mas sim para serem trocadas por dinheiro no mercado e com isso se adquirir novas mercadorias. A partir daí demonstra que o desenvolvimento do capitalismo provoca a desintegração do campesinato, com a formação de dois grupos cujos interesses são conflitantes. Por consequência, a divisão de classes levaria à ruína dos pequenos produtores rurais.

No entanto, a desintegração do campesinato, com seu consequente empobrecimento, não implica enfraquecimento do mercado interno, mas, ao contrário, o fortalece na medida em que libera camponeses para a formação do proletariado, que contribuem diretamente para o crescimento da mais valia e fortalecimento do capitalismo (LENIN, 1985).

Lenin afirma que “[...] quanto mais esse camponês se arruína tanto mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e tanto maior é a parte dos meios de subsistência (mesmo exíguos) que ele deve adquirir no mercado” (LENIN, 1985, p.16).

A partir da visão desses autores clássicos, interpreta-se que o campesinato se encontra diante de um processo de destruição, ou seja, o campesinato vai aprofundar as suas desigualdades, ao ponto de se desintegrar e, com isso, criar um exército de reserva, uma classe trabalhadora à disposição do capital.

Entre os autores da vertente do paradigma da questão agrária, há aqueles que apresentam uma versão diferente da ideia do fim campesinato, que são os autores da tendência campesinistas.

Nas interpretações feitas por Fernandes (2005), a ideia dos proletaristas é uma visão linear do campesinato. Discordando dessa visão, destaca que, ao mesmo tempo em que o exército de reserva está à disposição do capital, ele também pode lutar pela terra. Uma questão a ser levantada é: o que faz esse exército de reserva lutar pela terra ou trabalhar para o capital? Pode-se afirmar que um elemento fundamental é a renda, haja vista que as condições de sobrevivência passam pela renda. Daí a importância de se aumentar a renda rural e, mais que isso, aumentar a qualidade de vida dos camponeses. A relação entre a questão social e o território precisa ser qualificada, pois caso contrário, o camponês vai se precarizar, dificultando a sua permanência no meio rural, especialmente nos assentamentos.

Fernandes (2008) chama atenção para o fato de que existe uma conflitualidade permanente permeando a questão agrária, cuja origem se encontra na renda capitalizada da terra que, por sua vez, vai levar a uma diferenciação que promove um conjunto de conflitos.

Não é apenas o campesinato que constrói a conflitualidade, pois, o capital, ao resistir ao avanço do campesinato, também contribui para a existência dos conflitos, de modo que a conflitualidade é formada pelas duas frentes (FERNANDES, 2008).

No paradigma da questão agrária, o problema encontra-se no sistema capitalista, tendo como a essência da questão a desigualdade gerada pela renda da terra. Entende-se que para a diminuição das desigualdades é necessária uma maior apropriação, por parte do campesinato, da riqueza do seu trabalho. Fernandes (2008) aponta que se o camponês conseguir diminuir o seu grau de subordinação ao capital ele se encontra diante da possibilidade de se emancipar e ter outra perspectiva.

Segundo essa tendência campesinista do paradigma da questão agrária, a relação camponês/capital não é uma relação de equilíbrio, mas, pelo contrário, sempre vai haver uma relação de enfrentamento.

Entre os autores clássicos que abordaram a questão agrária na vertente do paradigma da questão agrária, tem-se Tchayanov (1976), na tendência campesinista, no sentido da resistência, enfrentamento e permanência do campesinato, diferentemente das visões apresentadas por Lenin e Kautsky.

Tchayanov estuda a organização produtiva camponesa Russa, no início do século XX, observando os seus fundamentos e suas especificidades, destacando que se distingue dos sistemas econômicos capitalistas. Em seu estudo, o autor classifica a unidade camponesa como sendo não-capitalista, cujas características são: o artesão/camponês trabalha de forma independente; são responsáveis pela sua produção e suas demais atividades econômicas; dispõem do seu produto do trabalho; fornecem o seu trabalho devido à procura das suas famílias e; o limite da satisfação é determinado pela fadiga do trabalho.

Parte-se do pressuposto de que a unidade familiar camponesa é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, sendo a produção voltada ao consumo e o trabalho camponês sendo limitado pela satisfação das necessidades de subsistência da família. Partindo dessa consideração, a unidade camponesa tem sua organização baseada na relação entre trabalho e satisfação das necessidades.

Essa noção indica que o camponês trabalha até o ponto em que o desgaste da força de trabalho é igual ao aumento da produção que compense esse desgaste. Ou seja, o camponês trabalha até o limite da fadiga. Cada unidade camponesa, que representa, ao mesmo tempo, a unidade de consumo e a unidade de produção, é que vai determinar o ponto de equilíbrio entre produção e consumo.

Tchayanov (1976) considera que não é possível trabalhar com uma única teoria, generalizando-a para todas as formas de produção. Assim, afirma que, por conta das suas especificidades, a economia camponesa não pode ser analisada com as mesmas categorias teóricas utilizadas para estudar a economia capitalista.

No caso da economia capitalista, quando se fala em exploração do trabalhador, refere-se ao fato de o indivíduo trabalhar mais do que o valor do produto que ele cria, de modo que receberá um salário menor do que o valor criado e, quanto maior for essa diferença, maior será o lucro do capitalista. Tchayanov (1976) trabalha com o conceito de autoexploração, que tem uma conotação diferente do conceito de exploração do trabalhador, pois é uma autoexploração no sentido de que os camponeses trabalham até o limite das necessidades de subsistência da família.

Vale ressaltar que o camponês se organiza de forma a garantir a sua subsistência e da sua família. Para isso, uma importante característica do campesinato diz respeito à associação da policultura com a pecuária, ou, ainda, juntamente com a criação de outros animais, tendo o objetivo de tirar o máximo desse consórcio, não no sentido da lógica do capitalista, mas no sentido de garantir a sua sobrevivência, especialmente em momentos de crise. Assim sendo, a pluriatividade e o trabalho alugado estão presentes na organização da produção e no trabalho camponês. Esses dois elementos não descaracterizam o campesinato, pelo contrário, são elementos importantes para garantir a reprodução do camponês.

Historicamente o camponês teve ao lado da atividade camponesa outras atividades não-agrícolas, como complementos para a sua renda. É preciso atentar para o fato de que a pluriatividade sempre existiu na história do campesinato, não é algo novo, contemporâneo.

Outra relação importante destacada por Tchayanov diz respeito à relação entre a economia camponesa e o mercado. Quando o trabalho na unidade camponesa não é capaz de satisfazer as necessidades de consumo da família, essa unidade camponesa busca outra forma para garantir sua subsistência, seja através do trabalho assalariado fora da unidade familiar de produção, seja pela venda de parte da produção no mercado, adquirindo com isso o dinheiro para a compra de bens que não conseguem produzir para a sua subsistência. No entanto, a relação do camponês com o mercado é determinada não pela busca da lucratividade, como ocorre na sociedade capitalista, mas sim pelas necessidades de consumo da família.

O autor afirma que a categoria camponesa pode ser observada tanto na exploração baseada no trabalho da família quanto na exploração baseada no trabalho assalariado. Para Tchayanov esse último ponto não vai introduzir mudanças significativas porque o salário não é uma categoria dominante, ou seja, o salário é sempre uma categoria subordinada para o campesinato e, por isso, não o faz unidade capitalista. Ou seja, a presença dos assalariamentos nas pequenas unidades de produção agrícola não as tornam unidades não-camponesas, não descaracterizando a pequena unidade de produção familiar. Além disso, o que leva o camponês a se assalariar não é a busca do lucro, mas sim a aspiração aos níveis de consumo que atenda suas necessidades e de sua família.

Tchayanov defende que não existe um único modo de produção, haja vista que é possível encontrar a combinação de formas ou modos de produção dentro de uma mesma estrutura social. Isso implica que dentro das formações sociais capitalistas é possível encontrar diferentes formas de organização da produção.

O argumento de Tchayanov vai no sentido de que, mesmo reconhecendo que a grande propriedade tem mais vantagens técnicas e financeiras do que a pequena propriedade, é possível uma unidade de produção camponesa resistir dentro da sociedade capitalista. Essa possibilidade de permanência se dá porque, para ele, uma vez que o camponês tem outra lógica que não a do lucro, isso faz com que consiga perdurar mesmo diante de condições adversas na unidade camponesa. Nesse sentido, esse autor vai se opor à concepção de Kautsky e de Lenin de que a unidade camponesa estaria em processo acelerado de extinção, ou seja, de que o avanço no capitalismo no campo representaria o fim das sociedades camponesas.

Silva *et al* (1980) destaca que, embora o desenvolvimento do capitalismo provoque a expropriação dos meios de produção do trabalhador rural, é inegável a permanência do campesinato na agricultura brasileira. Ele diz que é preciso compreender os aspectos estruturais dessa permanência, bem como a forma com a qual a estrutura produtiva se submete à produção capitalista.

Oliveira (1997) explica que isso se dá devido às contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo uma delas a presença de formas não capitalistas de produção junto às formas de produção capitalistas, como a parceria e o trabalho familiar camponês.

Essas relações de trabalho são vantajosas ao proprietário de terra capitalista na medida em que ele poupa investimento em mão-de-obra, possibilitando, ainda, o recebimento de parte do trabalho dos camponeses. O autor diz que esse processo corresponde à produção de capital através de relações não capitalistas de produção. Oliveira (1997, p. 19) cita o seguinte caso para exemplificar a situação:

Um fazendeiro que desenvolve pecuária de corte – invernada – no oeste do Estado de São Paulo precisa ter sempre em boas condições as pastagens de sua propriedade e manter um conjunto de trabalhadores assalariados para cuidar do rebanho. Quando as pastagens estiverem desgastadas pelo pastoreio do gado, elas terão que ser refeitas (...). Muitas vezes, esse fazendeiro, ao invés de destinar uma parte do seu capital para refazer o pasto, arrenda a terra a camponeses sem-terra ou com pouca terra na região, para que eles façam o trabalho por eles. O fazendeiro entra com a terra e por isso recebe metade, ou um terço ou um quarto ou uma porcentagem previamente estipulada da produção obtida. Também pode cobrar uma quantia em dinheiro pela cessão da terra. Em seguida, o camponês planta por um ano ou menos ainda, um produto na terra que era ocupada pela pastagem. Após a colheita, ou ele entrega parte da produção ao fazendeiro ou vende a safra e paga em dinheiro a quantia estipulada previamente (...), em seguida semeia o capim na terra e entrega/devolve a área ao fazendeiro, que aguardará apenas o crescimento do capim e terá o pasto reformado, sem que para tal tenha gasto parte de seu capital.

Há a possibilidade para criação e recriação do trabalho camponês, com o fortalecimento da sua permanência no campo, mas, por outro lado, isso reflete o processo de sujeição do campesinato ao capital. Daí a recriação do campesinato passar pelo conflito, disputa e resistência contra o capital (OLIVEIRA, 1990).

## **PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO**

No Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), o problema central não se encontra no sistema capitalista, mas sim na unidade camponesa de produção e no seu sujeito, que não é visto como autônomo, mas sim como um anexo ao sistema maior que o permeia. A partir dessa ideia, o campesinato estaria condenado à miséria e ao desaparecimento. Os pequenos produtores familiares conseguiriam sobreviver nesse sistema, mas na condição de se subordinar ao capital, produzindo a partir das demandas do capital. Essa é a leitura feita por Ricardo Abramovay (1998), precursor do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Na visão do PCA o campesinato é um anexo, no sentido residual, e que vai se desintegrar, a não ser que se integre à lógica do sistema de produção de mercadorias. A ideia é que a tendência desses agricultores é de se consolidar e, ao se consolidarem, transformarem-se em um capitalista.

Na visão do PCA, o camponês está numa relação de produção diretamente ligada à terra, mas está sempre em atraso frente ao sistema mais abrangente que o envolve, de modo que não conseguiria acompanhar as mudanças econômicas e tecnológicas.

No livro do Abramovay (1998), “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, o autor nega que exista uma questão agrária, minimizando a importância do campesinato enquanto classe, além de dividi-lo entre camponeses e agricultores familiares, sendo os primeiros considerados atrasados e o segundo como sendo aqueles agricultores integrados ao mercado, modernos e profissionais. Essa visão de Abramovay (1998) segue a linha neoliberal de que é por meio do mercado que se atinge o crescimento e desenvolvimento econômico.

Apesar dessa visão neoliberal, é interessante destacar que Abramovay, mesmo estando na linha do PCA, ainda se encontra dentro de uma tendência da agricultura familiar, assim como José Luiz da Veiga, Lauro Mattei, e outros, que reconhecem a importância da agricultura familiar dentro do PCA. Mas, ao mesmo tempo, tem-se outra tendência dentro do PCA que é a do agronegócio.

Nessa linha uma das principais referências na atualidade dentro do PCA é o livro “O mundo rural no Brasil do século XX”, de autoria de Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira e Zander Navarro, dentre outros, que defendem a produção transgênica, produção em larga escala, para exportação e o mercado global.

Na visão do PCA, o capital vai levar à expropriação do camponês e levá-lo a se assalariar. Seria o aumento do trabalho assalariado pela expropriação do campesinato. Já para o PQA, o trabalho assalariado não representa o fim do campesinato, mas sim uma forma de recriação interna. O camponês se assalaria, mas continua sendo camponês.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na medida em que há o desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir do avanço das relações capitalistas, tem-se materializado novas formas de reprodução do capital, novas formas de organização da sociedade e da propriedade, novas formas de uso do território.

No paradigma do capitalismo agrário, há a tese do fim do campesinato, que seria o “fim ideológico”, ou seja, o campesinato deixa de existir porque se transforma em agricultura familiar.

No paradigma da questão agrária, considerando as ideias de Lenin e Kautsky, tem-se a tese do fim do campesinato, seria o “fim físico” da unidade camponesa de produção no sentido da desterritorialização e da proletarização.

Na tendência campesinista do paradigma da questão agrária é possível identificar a recriação do campesinato, através da territorialização, que pode se dar através de ocupações de terra, pelo arrendamento, pela compra etc.



## REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

LENIN, Vladimir Llich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, José Graziano da *et al.* **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

TCHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924)**. In: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n. 46, v. XII, 1976. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Acesso em: 18 agosto de 2014.

---

[1] Este artigo é resultado das leituras e discussões da disciplina “Teorias dos Territórios e das Questões Agrárias”, ministrada pelo Professor Bernardo Mançano, no PPGG/UFPB, turma 2015.1.